

O “NOVO” E O “VELHO” SINDICALISMO: ANÁLISE DE UM DEBATE¹

Marco Aurélio Santana
Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO

O artigo analisa as linhas mestras que orientaram o debate ocorrido em fins da década de setenta tanto no movimento social brasileiro quanto nos estudos acadêmicos, quando da reemergência do sindicalismo no cenário nacional. A disputa pela hegemonia política e sindical na esquerda brasileira, que marcou aqueles anos, teve como palco não só diferenciações acerca do presente, mas também trouxe a história como elemento de disputa, consolidando certas visões sobre o passado. Esta análise toma por base uma das perspectivas envolvidas, aquela que acabou por se tornar hegemônica.

PALAVRAS-CHAVE: movimento sindical; “Novo Sindicalismo”; partidos de esquerda; trabalhadores.

“Uma geração pode ser julgada pelo mesmo juízo que ela faz da geração precedente, um período histórico, por seu próprio modo de considerar o período por quem foi precedido” (A. Gramsci).

“Vocês que vão emergir das ondas em que nós perecemos, pensem, quando falarem de nossas fraquezas [...], pensem em nós com um pouco mais de compreensão” (B. Brecht).

I. INTRODUÇÃO

O final da década de setenta no Brasil foi marcado pelo surgimento do que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo”. Este seria caracterizado por práticas que indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira: origem no setor moderno da economia, autonomia frente aos partidos e ao Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores.

Mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso País, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, tomado como um todo, mas principalmente aquele demarcado pelo período compreen-

dido entre 1945/1964. As práticas propostas pelo “Novo Sindicalismo” deveriam ser entendidas como uma negação do que se havia feito no período anterior ao golpe militar de 1964. Ao *velho sindicalismo*, dito *populista*, deixava-se o fardo de ser caracterizado por um distanciamento das bases e o pouco empenho reivindicativo no que diz respeito aos interesses imediatos da classe trabalhadora em detrimento da participação nos arranjos políticos mais amplos. Ele seria responsável pelo atrelamento do movimento dos trabalhadores aos estreitos liames da estrutura sindical corporativa, tornando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites.

O “Novo Sindicalismo” agregava sob sua rubrica uma série de forças distintas entre si, mas que tinham em comum o posicionamento contrário àqueles outros setores que classificavam como *reformistas* e/ou *pelegos* e que, segundo sua visão, através de um sindicalismo de *colaboração de classes*, entravavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em busca de suas reivindicações. O

¹ Gostaria de agradecer os comentários e as sugestões ao texto feitas pelo amigo Francisco Palomanes Martinho e pelos pareceristas da *Revista de Sociologia e Política*.

momento da emergência do “Novo Sindicalismo”, pode, portanto, ser caracterizado por uma situação de concorrência entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil².

É interessante notar que a categoria “Novo Sindicalismo” foi sendo cunhada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica. Ao mesmo tempo em que se gestavam as ações dos *novos atores*, que *entravam em cena* rasgando o pano de fundo criado pela ditadura militar, vários estudos surgiam não só a respeito deste *novos atores*, mas também acerca dos *velhos*.

A participação de intelectuais no processo de *invenção de tradições* já foi assinalado por Hobsbawm. Segundo ele, este processo utilizaria a história como legitimadora das ações, mas também enquanto cimento da coesão social, se tornando em ambos os aspectos, ela mesma, o próprio símbolo do conflito. A história, que “se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento”, corresponderia em grande medida “àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (HOBSBAWN, 1984: 21).

É por isso que, segundo este autor, “todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político” (HOBSBAWN, 1984: 22).

Partindo desta idéia, poderíamos dizer que, em fins dos anos setenta e início dos oitenta, o que se estabelecia era uma luta pelo presente, trazendo o passado como referência. Se percebe então a formação de linhas interpretativas, que acabavam por ter também rebatimento na arena política³.

² Segundo Mercadante & Rainho, “tendo como pano de fundo a luta pela hegemonia do movimento sindical entre PCB/PT e a forma como deveria dar-se a organização dos trabalhadores dentro e fora das fábricas” (MERCADANTE & RAINHO, 1986: 44).

³ Como indicado por Sader, “todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado pelo que fala e seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações

Uma, reforçava a idéia da novidade enquanto criticava duramente as práticas anteriores. A outra, tentava resgatar o passado em sua positividade mas, ao se enredar no debate conforme estabelecido, acabou, por vezes, cedendo a um apoio quase incondicional da trajetória passada.

Este artigo analisa algumas das linhas mestras deste debate político-acadêmico, no momento inicial de seu desenrolar, a partir de uma das perspectivas envolvidas, indicando o processo de construção de identidades políticas que estava em jogo naquele momento e que, mesmo tendo em vista o caráter importante do conflito e da oposição na construção identitária, levou a certos exageros. Poderemos verificar que constituído neste quadro, servindo-lhe mesmo de base, o corte entre o *novo* e o *velho* sindicalismo, da forma como se estabeleceu, acabou por obscurecer as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos. Mais ainda, baseando-se em pesquisas recentes, pode-se observar um reducionismo nas visões sobre o passado que serviram para a idéia de ruptura total entre o *novo* e o *velho*.

II. POLÍTICA E HISTÓRIA EM DISPUTA

Quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo espaço para a paralisação que se seguiu em outras categorias, eles rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei *antigreve*, com o *arrocho salarial*, o silêncio geral ao qual havia sido entregue a classe trabalhadora pelo menos desde 1968 e atraíam sobre si uma gama variada de interesses analíticos, políticos e acadêmicos⁴.

O processo associado ao bojo desta greve vai

difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses significados” (SADER, 1988: 60).

⁴ Para Munakata, “o acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano [1978] [...] foi na realidade, a irrupção do movimento grevista que, iniciado em meio a região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros urbanos e industriais do estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores. [...] Não se pode negar que o movimento fez emergir à tona da pantanosa cena política brasileira um novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores, o que aliás, já foi amplamente constatado” (MUNAKATA, 1980: 61).

se desdobrar e ampliar com as greves de metalúrgicos em 1979 e 1980, as quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias em um verdadeiro ascenso da classe trabalhadora no Brasil do período. A riqueza deste ressurgimento dos trabalhadores na cena política nacional pode ser contemplada na criação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980⁵, e na criação, pouco tempo depois, após inúmeros encontros e reuniões, de dois organismos intersindicais de cúpula: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT)⁶.

O sentido avanço do movimento sindical na direção de uma unificação, que o fortalecesse e lhe desse uma coordenação nacional, vai explicitar as subjacentes tensões acerca das práticas e orientações seguidas pelos grupos envolvidos. Grosso modo, podemos caracterizar dois blocos⁷: de um lado, os chamados sindicalistas *autênticos* reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do País, os quais, com os grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*⁸, compunham o autodenominado bloco *combativo*⁹;

de outro, a *Unidade Sindical* que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados *pelegos*, e os militantes de setores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. O primeiro, da criação da CUT; e o segundo, da CONCLAT¹⁰.

É preciso notar que nos primórdios destes movimentos, setores que posteriormente formarão a *Unidade Sindical* caminharam em certa aproximação com o bloco dos *autênticos*. Um dos marcos de surgimento do sindicalismo *autêntico*, foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 1978, quando um grupo de sindicalistas se opôs as diretivas dos setores *pelegos* na confederação. Deste grupo constavam nomes associados tanto ao que seria o “Novo Sindicalismo”, como nomes relacionados à chamada esquerda *tradicional*¹¹.

Esta aproximação se dava à medida que ambos os setores, apesar das divergências, buscavam se movimentar no interior da estrutura sindical, já que eram todos membros de direções sindicais e, portanto, eram oriundos e atuavam dentro da

⁵ Apesar da proposta de um partido dos trabalhadores remontar a 1978, e ter tomado corpo em articulações e movimentos ao longo de todo o ano de 1979, foi em 1980 que o PT foi fundado oficialmente. Mais informações sobre este processo podem ser conseguidas em OLIVEIRA (1988), MENEGUELLO (1989) e BERBEL (1991).

⁶ A CONCLAT passaria a ser mais tarde, em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que depois também se dividiria em duas CGTs (uma, Central; a outra, Confederação).

⁷ Rodrigues (1991) assinala a existência de um outro bloco, relacionado aos grupos de extrema esquerda e ao sindicalismo revolucionário, extremamente minoritário e de pequena influência no processo.

⁸ Agrupando militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja progressista, este setor apresentava uma plataforma que tinha como centro o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM/SP) e podia apresentar posição que ia desde a aceitação do trabalho conjunto com o *sindicato oficial* até setores contrários à este tipo de articulação.

⁹ Vale dizer que é só a partir das greves de 1978 e no

período que se segue até a constituição da CUT que os sindicalistas *autênticos* e o movimento das *Oposições Sindicais* vão se consolidando enquanto um bloco.

¹⁰ As forças integradas nos inícios da CUT, em sua maioria, seriam as mesmas que estiveram perfiladas na constituição do PT. Estavam nos dois processos, ainda que com posições divergentes: os sindicalistas *autênticos* e, organizados ou não em torno das *Oposições Sindicais*, os grupos políticos de esquerda, oriundos da guerrilha ou das hostes trotsquistas e aqueles setores vinculados à Igreja progressista. No caso específico do PT, agregam-se também setores da intelectualidade, parlamentares até então vinculados ao setor popular do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e setores ligados aos movimentos populares urbanos.

¹¹ Arnaldo Gonçalves, por exemplo, importante sindicalista comunista da baixada santista, chegou mesmo a ser considerado um sindicalista *autêntico*, identificado-se com as posições daquele grupo em sua origem. Até um pouco mais à frente na conjuntura, integrantes dos dois blocos participariam de encontros comuns.

estrutura. Ao longo do processo as divergências acerca das relações do movimento sindical com a estrutura sindical e quanto a participação das *Oposições Sindicais* e de setores populares no interior de seus movimentos, entre outras, fez com que estes militantes, que se identificarão com a *Unidade Sindical*, fossem se afastando do bloco dos *autênticos*. A aproximação cada vez maior dos sindicalistas *autênticos* com os setores de oposição sindical, em um processo que também não se deu sem tensões, garantiu a distinção definitiva dos blocos¹² que acabou por desaguar na constituição de organizações intersindicais distintas.

Um outro elemento de peso, que nem sempre é indicado em sua devida relevância, foi a divergência acerca da política mais geral em termos do combate à ditadura e sobre os processos de encaminhamento da transição para a democracia¹³. O bloco *combativo*, em grande parte via PT, defendia um combate direto com o regime a partir do centro sindical e da organização e demandas dos trabalhadores. No outro pólo, se tomarmos o exemplo do PCB, que de alguma maneira espelhava outras propostas, visava-se evitar enfrentamentos diretos com o regime, conquistar o apoio de amplos setores da sociedade, trabalhando firmemente no sentido de enfraquecer o regime militar e garantir a continuidade do processo de transição, ainda que isto pudesse significar uma certa redução do ímpeto dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores. O primeiro bloco considerava esta estratégia como *negocista, conciliadora e reformista*. Já o segundo, avaliava a estratégia do primeiro como sendo *esquerdista e desestabilizadora*.

No caudal dos grupos fusionados no bloco dos *combativos*, desaguvavam visões profundamente

contrárias às posições assumidas pelo PCB no período anterior ao golpe militar de 1964 e uma crítica geral ao que se designava *populismo*. O sindicalismo pré-64, capitaneado em seu setor progressista pela aliança comunista-trabalhista, era identificado como uma experiência negativa seja por sua parcela trabalhista (entendida restritamente enquanto *populismo*), seja por sua parcela comunista (entendida como linha auxiliar do *populismo*)¹⁴.

Porém, identificado enquanto o representante da esquerda de então, será sobre o PCB que recairá o peso maior das responsabilidades pelo pré-64. Para os grupos de esquerda, alguns deles saídos de *rachas* do próprio *Partidão*, este teria cometido erros fundamentais que levaram à derrota dos setores populares naquele período, apresentando desvios *reformistas* e de *colaboração de classe*. Esta seria também uma das principais críticas dos setores progressistas da Igreja¹⁵ que identificavam, ainda, a prática *cupulista* das lideranças do passado, contrariando a proposta deste setor que propunha uma aproximação imediata com as bases. O fato de que o movimento renascia baseado em sindicalistas *puros*, verdadeiros trabalhadores, a partir da base, reforçava as referidas perspectivas e lhe dava um certo ar imaculado.

além do *paralelismo* que supostamente era promovido pelo outro grupo, a partidarização também por este empreendida, impossibilitou a manutenção da unidade que vinha sendo conseguida até então. Vale dizer que se apontava corretamente para a distinção de propostas políticas e orientações gerais para o movimento sindical, defendidas pelos partidos nele atuantes, o grupo da CONCLAT tentava eximir-se desta prática, o que não se sustenta se levarmos em conta as ações também partidarizantes do PCB, por exemplo, neste processo. Mais informações sobre a posição do grupo que fundou a CUT, ver MERCADANTE & RAINHO (1986).

¹² Os sindicalistas *autênticos* criticavam certas posturas *paralelistas* e a proposta de ultrapassar o *sindicato oficial*, presentes em setores das *Oposições Sindicais*. Em contrapartida, em algumas situações, foram criticados e chamados de *neopelegos*. Ver mais detalhes sobre este processo em RODRIGUES (1991), GIANNOTTI & LOPES NETO (1991) e ZANETTI (1995).

¹³ Conforme assinalado por Santana (1998), as principais justificativas para o *racha* foram: para o setor que fundou a CUT, existia uma completa divergência de propostas sindicais, tendo os posicionamentos diferenciados acerca da estrutura sindical corporativa como centro; para o setor que fundou a CONCLAT,

¹⁴ Segundo Reis Filho, no pós-64 “prevaleceu a inclinação pela busca de bodes expiatórios e pela crucificação dos culpados. Entre os partidos, a grande vítima foi o Partido Comunista Brasileiro – PCB. [...] o trabalhismo foi outro bode expiatório. Responsabilizado pelo anestesiamiento das ‘massas’, seus líderes em fuga — para o exílio — eram culpados pela passividade do povo. Chamados ‘populistas’ perderiam o respeito da crítica revolucionária posterior a 64” (REIS FILHO, 1998: 26).

¹⁵ Para uma visão mais detalhada da trajetória de setores católicos em sua militância sindical no ABC, a

Ainda que de forma esquemática, podemos dizer que a junção destas visões integradas àquelas do próprio grupo de sindicalistas *autênticos*, consolidam no meio sindical as visões *antireformista* e *basista* que vão alimentar os elementos essenciais deste *novo* movimento sindical. Ele deveria não só ser a superação, mas a negação mesmo do que o PCB e o movimento sindical *populista* haviam feito no pré-64.

Neste processo, também pesava um outro dado original fundante do movimento. Ele tinha como sustentáculo uma classe trabalhadora jovem, nova em tempo e espaço e, portanto, livre das injunções dos *velhos* operários que se submeteram, por vontade própria ou pelas orientações equivocadas do PCB, ao cadafalso do *pacto populista*.

Em entrevista concedida em 1979, Luís Inácio da Silva (o Lula), então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, disse que “o que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem participar da vida política do País, que não viveram o *populismo* de Getúlio Vargas. São pessoas que começam a acreditar nelas mesmas” (SILVA, 1981: 179)¹⁶. Levando em conta as novas lideranças despontando em termos sindicais nacionais, ele prossegue: “São quadros de dirigentes sindicais que não tiveram nenhum compromisso com o sindicalismo de antes de 1964, pois surgiram mesmo a partir de 1969” (SILVA, 1981: 179).

Este tipo de identidade que se buscava cunhar, tinha como contraponto um PCB que, no momento mesmo da moldagem dela, se associava aos setores *atrasados*, pouco *combativos* e *pelegos*, assim como, supostamente, já o fizera antes. A história, contada em documentos escritos e escrita na própria memória de alguns agentes, indicava isso. E, no presente, o *Partidão* voltava a mostrar-se como era.

O debate se acirrou com o surgimento do PT que, de certa maneira, cristalizou a separação de

partir dos anos cinquenta e sua contribuição na conformação do sindicalismo *autêntico*, ver MARTINS (1994).

¹⁶ As referências às entrevistas e aos discursos de Lula, foram todas retiradas do livro *Lula — entrevistas e discursos* (1981).

campos opostos na política de esquerda, com suas óbvias relações e rebatimentos de mão dupla no meio sindical. Os *novos atores*, que auxiliaram em sua criação, viam no PT, ainda que de forma variada, o verdadeiro instrumento de representação política dos trabalhadores¹⁷. Já os militantes do PCB, acreditavam que seu partido, como o fazia tradicionalmente, era o verdadeiro e único representante dos trabalhadores¹⁸. A polêmica foi intensa com farpas de ambos os lados¹⁹.

As profundas alterações na estrutura social e econômica brasileira, promovidas pela modernização conservadora sob o regime militar, e a concomitante alteração dos marcos do debate político no pós-64, davam a nítida impressão que uma ruptura completa havia se estabelecido. Em um quadro como este, parecia importar pouco se ainda que jovem, esta *nova* classe operária era colocada em condições fabris e de existência que, embora com diferenças, dificuldades e restrições, socializava-a em termos de uma cultura de classe que a vinculava, conquanto reservando suas especificidades, ao seu passado e ao seu devir (como mostram PESSANHA & MOREL, 1991; BOITO Jr., 1991a; NASCIMENTO, 1993; NEGRO, 1994 e SILVA, 1995)²⁰. Tampouco se deu o valor

¹⁷ A inserção no mundo da *grande política* era vista, inicialmente, com grande desconfiança pelos *novos sindicalistas* que, no desenrolar de suas lutas, “vão perceber”, segundo eles, a necessidade de uma intervenção neste campo.

¹⁸ Postura que, diga-se de passagem, era a mesma do PC do B, que entrou também no debate e crítica ao PT.

¹⁹ Em uma entrevista concedida em 1979, Hercules Corrêa, então militante comunista de destaque, ainda no exílio, dizia: “Quando se discute agora em São Paulo a criação de um Partido dos Trabalhadores, às vezes a coisa é apresentada como sendo, de um lado, para contestar a possibilidade de o PTB se organizar e, de outro lado, o próprio Partido Comunista. Nesta formulação se diz o seguinte: ‘O Partido Comunista não é o partido dos trabalhadores’” (CORRÊA, 1980: 76). Por sua vez, Lula em entrevista tempos depois da fundação do PT, dizia: “Vamos pegar o PC. Com que direito o Partido Comunista se acha partido da classe trabalhadora? O partido da classe trabalhadora é aquele em que a classe trabalhadora está participando dele, tem hegemonia. E ninguém me diz que é o PC” (*apud* MOREL, 1981: 146). Para uma análise mais detida da polêmica ver Santana (1998).

²⁰ Beynon (1973) traz uma excelente discussão acerca dos processos complexos e contraditórios, até mesmo

devido a força dos dispositivos de controle estatal sobre o movimento operário, os quais sobreviviam impavidamente servindo ditaduras e ensaios de democracia e que pareciam frágeis diante de tanta força retórica. Menos ainda se falava na importância do fato de que nomes, que cada vez mais iam se integrando a linha de frente da CUT e do PT, haviam sido socializados politicamente no campo que agora criticavam tanto. A própria história do movimento operário do país acabou sendo reduzida a mera sucessão de rupturas que pareciam pouco dever aos momentos que lhe precederam.

Não que isto, por si só, garantisse qualquer tipo de continuidade. Porém, levar isto em conta, talvez pudesse, ao menos, ter conduzido a uma reflexão mais ampliada, que desse ao processo um alcance maior. Mas, no campo da política, as reflexões e análises, nem sempre primam pela objetividade. Era um momento de acerto de contas e, nesses momentos, pedir sensatez parece insensato²¹.

Se todos os setores buscavam estar na crista do movimento que reemergia, o mesmo não pode se dizer sobre o pré-64, que seria deserdado por todos. Os *novos* atores dele tentavam se distanciar e o próprio PCB também o negava enquanto experiência positiva. Porém, por motivos inversos aos de seus oponentes. Na visão oficial do partido, construída no pós-64, o período imediatamente antes do golpe deveria ser negado, não por seu *reformismo*. Antes, por ter sido um exemplo de *radicalização* e, pior, de um radicalismo sem bases. O PCB ajudou na criação e no reforço da visão de que o sindicalismo do pré-64 carecia de organização nas bases²². O movimento sindical

no campo geracional e familiar, da construção da identidade operária agregando processos interiores e exteriores ao espaço fabril. Ainda que talvez não indique muita coisa, mas valendo como registro dos caminhos tortos da mão da política. Lula, um dos porta-vozes do “Novo Sindicalismo”, foi trazido à política pelas mãos de seu irmão Frei Chico, militante do PCB, que o convidou e insistiu que ele fizesse parte da chapa para o sindicato. Depois, segundo o próprio Lula, é a prisão de seu irmão pela ditadura que o faz “*acordar*” para a política, fazendo com que ele se transforme em um sindicalista “*sem medo*”.

21 Vale dizer que alguns dos atores e/ou grupos envolvidos na conformação do “Novo Sindicalismo” e do PT, ou foram socializados politicamente nas hostes *pecebistas* (rompendo posteriormente) ou, no pré-64, eram hegemônicos por ele na política sindical de esquerda.

22 Este tipo de orientação acabou por se tornar

pré-64, complexo e rico em termos de experiências, acabava reduzido: na visão de uns, à mera *colaboração de classe*; na visão de outros, à um *radicalismo tresloucado*.

III. O DEBATE INTELECTUAL NA CONSTRUÇÃO DO PASSADO

A distinção de posições no campo político-sindical, tinha no meio acadêmico ecos e fontes fomentadoras. A identificação com os grupos envolvidos, vai não só refletir simpatias com tendências políticas, mas também, em um caminho de mão dupla, reforçar a identidade dos grupos, uns em relação aos outros. É em seu trabalho de análise crítica do processo histórico, que setores da intelectualidade vão contribuir fornecendo subsídios às disputas pela hegemonia política e sindical na esquerda e, correlatamente, pela história, servindo de elemento de grande relevo no processo.

Podemos tomar os ensaios de Francisco Weffort (1973 e 1978) como um dos pilares centrais da formulação explicativa que auxiliou a cunhagem, nos estudos acadêmicos, da visão crítica acerca da prática e das orientações dos comunistas e do movimento sindical no período 1945/1964. Tomando as análises de Weffort (1973 e 1978), de forma geral, temos que a prática comunista teria se caracterizado por: (i) uma ação por dentro da estrutura sindical corporativa, carreando o movimento dos trabalhadores para os liames desta, servindo-lhe mesmo de reforço; (ii) centralidade repousando mais nas reivindicações políticas do que nas econômicas, elegendo o Estado como *locus* de ação em detrimento da sociedade civil; (iii) orientação para formação de entidades de cúpula com o correlato distanciamento das bases; (iv) concentração de força nos setores tradicionais da economia com dificuldades de expansão nos setores modernos.

Para Weffort (1973 e 1978), com estas orientações, o PCB, ao *dar sangue e vida ao corpo* da estrutura sindical corporativa²³, teria atrelado os

hegemônica dentro do partido no momento posterior ao VI Congresso da organização (1967), quando posições divergentes em termos de leitura do pré-64 foram isoladas ou expulsas do partido.

23 Neste quadro, para Weffort, o movimento sindical *populista* teria apresentado pouco ou nenhum interesse na alteração da estrutura sindical corporativa, ficando isto espelhado no seu baixo empenho no combate ao Imposto Sindical, elemento essencial à manutenção e reprodução da mesma.

destinos do movimento sindical aos do Estado populista e com ele seria derrotado em 1964. À perspectiva aberta por Weffort (1973 e 1978) vão se agregar outros estudos, mais pontuais e/ou específicos que, embora com nuances e pontos levemente divergentes, reforçaram os traços já definidos antes (MOISÉS, 1978 e SPINDEL, 1980). Vale dizer que Weffort vai estar presente, na década de setenta, nos debates sobre a formação de um partido de corte popular e socialista no Brasil, integrando-se mais tarde ao grupo que se engaja na construção do PT.

A produção ensaística do autor sobre o pré-64 mantém claras relações com a sua inserção e orientações nos debates então correntes nos fins dos anos setenta²⁴. É ele mesmo que em um dos seus textos, sobre o movimento sindical pré-64, assinala ser “evidente que a revisão crítica do passado não se refere apenas ao passado. O que está em questão não é apenas a necessidade de um escrupuloso levantamento da verdade histórica mas a de uma crítica das imagens deformadas que a própria história produziu em seu curso [...]” (WEFFORT, 1978: 17-18).

Articulando as tarefas do presente frente ao passado, Weffort assinala que “o problema que inevitavelmente se coloca em face das questões do presente de uma esquerda perplexa e desvinculada da classe operária, é o da avaliação crítica da herança recebida. [...] Com que parte da

²⁴ No entender de Weffort o período pós-golpe possibilitaria um repensar teórico e político acerca da classe trabalhadora e sua participação na política brasileira. Em entrevista aos *Cadernos de Debate*, em 1976, ele indica que “o período pós-64 representa uma ruptura, ou melhor, oferece as bases para uma ruptura, ao nível das elites intelectuais e políticas, da imagem elitista feita sobre a classe operária. O elitismo veio à tona o que cria a possibilidade de se formular um ponto de vista novo sobre o que pode vir a ser a participação da classe operária em nossa política” (WEFFORT, 1976: 82). Este processo se efetivaria também junto às massas já que, “assim como os intelectuais e políticos têm hoje melhores condições para criticar o elitismo do passado, as massas podem também, dentro de sua própria experiência histórica, perceber corretamente o que significa a situação atual e acrescentar esse conhecimento à sua experiência”. O elitismo, “menosprezo pelas massas”, indicado por Weffort, seria “predominante na historiografia brasileira desde o período colonial” e, “de maneira mais sofisticada”, permearia “inclusive as ideologias de esquerda” (WEFFORT, 1976: 82).

herança devemos ficar? Aos herdeiros cabe ajustar contas com o passado pelos quais são responsáveis. Os órfãos não têm evidentemente nenhuma pergunta a fazer. Assustados com o mundo hostil do presente, incapazes de formular qualquer pergunta sobre o futuro, o que pedem é apenas serem esquecidos” (WEFFORT, 1978: 18).

Os herdeiros renunciariam, pelo menos em tese, a quase tudo, preservando apenas a herança crítica, ou seja, ter sempre em conta o que não deve ser feito. Assim, evitando os erros do passado, deveriam seguir em frente pois só eles e não os *órfãos* podiam se adequar ao presente e colocar perguntas ao futuro. Os órfãos, fora de adequação com o presente, seriam ultrapassados e esquecidos pelo futuro.

Se as formulações de Weffort (1973 e 1978) foram incorporando adesões, se tornando mesmo hegemônicas, formulações alternativas às dele buscaram um olhar diferente sobre o passado. Neste grupo podemos incluir Vianna (1983) e Martins & Almeida (s/d) que travaram um debate direto com Weffort. Estas análises substituíam as visões de Weffort (1973 e 1978) por uma que, segundo eles, embora mantendo uma certa crítica, intentava ponderar os limites à ação comunista delineados pela correlação de forças no interior da sociedade e assinalar em que medida, ainda que com restrições, a experiência do passado teria significado um importante avanço político e organizativo para a classe trabalhadora²⁵.

Assim, mesmo que não se vinculando diretamente, os debates presentes na disputa pela hegemonia nos setores da esquerda — na política em geral e no meio sindical em particular —, definiam como um de seus campos de batalha, o passado. Como bem indicou Vianna, “os fatos não passam de fatos, e só vêm a integrar o campo da política na medida em que organizados e interpretados por quem é ator em política” (VIANNA, 1983: 09). Na mesma linha, Antunes²⁶ indicava, à época do

²⁵ Outras relativizações da posição de WEFFORT (1973 e 1978) podem ser encontradas em TROYANO (1978), MARANHÃO (1979), SARTI (1981) e DELGADO (1986).

²⁶ Antunes, na conjuntura, esteve à frente de pelo menos três debates, publicados posteriormente, articulando tanto *novos e/ou velhos* militantes, como estes e setores da intelectualidade.

debate, que certas concepções sobre o pré-64, ficaram “quase que consolidadas como interpretações ‘fiéis’ aos fatos” (*Escrita/Ensaio*, 1980: 03).

Embora debatendo e tentando fazer ressalvas à posição de Weffort, as colocações que buscavam ler o passado de forma alternativa, não conseguiram seu intento. Assim como na política, onde o “Novo Sindicalismo” e o PT iam deslanchando, no mundo das análises, a interpretação de Weffort assumiu caráter de leitura hegemônica acerca do passado, conseguindo *esgotar* toda a riqueza da conjuntura 1945/1964, com apenas alguns ensaios²⁷.

Muitas das posições assumidas no debate não chegavam só aos *novos* militantes, que acabavam por delas se utilizar na conformação de sua diferenciação com relação ao passado. Ao longo do debate que se travou na viragem das décadas de setenta e oitenta, os *velhos* militantes tentaram colocar um pouco de sua experiência concreta, relativizando alguns dos postulados construídos nas análises para explicar suas ações²⁸.

²⁷ A importância e a centralidade assumida pelas formulações explicativas de Weffort (1973 e 1978), podem ser constatadas nas diversas pesquisas que as utilizaram. Mesmo nos estudos posteriores que resultaram na sua relativização, as idéias de Weffort serviram como freqüente contraponto analítico.

²⁸ Em um debate, que agrupava *novos* e *velhos* militantes, promovido pela Revista *Escrita/Ensaio*, Affonso Delellis, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre 1963 e 1964, um dos muitos sindicalistas cassados pelo golpe militar, assinala que “tudo que aconteceu antes de 64, não só o movimento operário, tinha que ser esquecido. [...] E alguns intelectuais entraram nessa da reação. Tudo que aconteceu antes de 64 não serviu para nada. Descobriram uma palavra, o populismo [...]. Se 64 foi tudo isso que eles concluíram e que querem passar para a nova geração, a pergunta é: por que deram o golpe? [...] Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante. [...] Os teóricos do populismo jogaram sozinhos, ninguém apareceu pra contestar” (*Escrita/Ensaio*, 1980: 29-30). Vale dizer que, para além do debate anterior de que foi alvo, mas que mantinha suas caracterizações essenciais, o conceito de *populismo* e seu uso, assim como outros construídos em leituras do passado, têm sido foco de recente relativização. Assim, se os “teóricos do populismo jogaram sozinhos”, leituras alternativas têm apresentado seus limites. Ver GOMES (1988 e 1996), MARTINHO (1996) e REIS FILHO (1997).

Mas se o passado se tornava um espaço de disputa, o pós-64 também cumpria seu papel e ia servindo igualmente de terreno aberto a caracterizações de diferenças, distinções e rupturas. No campo das práticas e orientações sindicais, é novamente Weffort (1972) que assinala, ao analisar as greves de Contagem e Osasco, realizadas em 1968, as distinções entre estes movimentos, organizados pela base e por empresa, e o sindicalismo *cupulista* do pré-64. Segundo sua indicação, que desprestigiava e subestimava o papel da ação dos *sindicato oficial* naqueles movimentos, estas seriam as características futuras de uma organização sindical independente e autônoma.

Este ponto, aliás, será retomado por Moisés (1982), onde podemos perceber uma grande ligação entre as avaliações e perspectivas do presente e as leituras do passado. Moisés (1982) assinala que a força das demandas *espontâneas* da base de trabalhadores, dava o grande vigor ao movimento que reemergia. Porém, este precisaria enfrentar uma tensão que não era nova no movimento dos trabalhadores: como dar vazão as suas demandas, sem *castrá-lo* ou *submetê-lo* à lógica burocratizada e burocratizadora do *sindicato oficial*.

Portanto, a importância dada à autonomia e espontaneidade das bases, deveria ser um dos motes deste novo movimento. Com isso, se resgatariam experiências do *passado*, não aquelas referentes ao *sindicalismo oficial*, mas sim aquelas que acabaram por ele sufocadas. Moisés (1981) além de resgatar este ponto em Weffort (1973), tem, ele mesmo (MOISÉS, 1978), um estudo sobre a “greve dos 300 mil”, ocorrida em 1953, onde seu eixo de discussão é exatamente analisar as relações entre espontaneidade e direção política, verificando as formas utilizadas pelos comunistas para *canalizar* o movimento autônomo dos trabalhadores para o interior do *sindicalismo oficial* e, ato contínuo, atrelá-lo ao Estado²⁹.

²⁹ Assim, ainda que se volte ao passado para buscar referências e experiências históricas, as referidas seriam exatamente aquelas – *pontuais*, *sufocadas* e *derrotadas* — que indicariam os limites do sindicalismo de então. Com isso, reforça-se ainda mais a visão da negação do sindicalismo pré-64. A *positividade* só residiria em algumas experiências que, ao fim e ao cabo, serviriam para indicar a *negatividade* do conjunto. Em muito da reflexão de Moisés (1981) sente-se um descrédito bastante grande das possibilidades do *sindicato oficial*

Alguns outros estudos (RODRIGUES, 1970; ALMEIDA, 1975 e HUMPHREY, 1979) se dedicaram a análise interna estrutural da nova classe operária que teria dado origem a uma lógica de demandas e ações que definiriam distinções também no campo de orientações e organização³⁰. Para algumas dessas leituras, a nova classe operária trazia alterações para o campo sindical que de alguma maneira explicitava os limites da estrutura sindical corporativa, empurrando-a para a mudança. Assim, se no passado o movimento sindical pôde se acomodar à estrutura oficial, neste novo contexto pareciam reduzidas as possibilidades de acomodação ao modelo vigente.

Os impactos da ação destes *novos atores*, segundo Moisés (1981), teria atingido a arena política geral de forma pouco palatável para o regime, ainda que este já se orientasse para a distensão. Deste modo, “partindo de reivindicações bem precisas e concretas, definidas no terreno especificamente sindical, o ‘Novo Sindicalismo’ evoluiu no sentido de apresentar certas demandas políticas que não são toleradas pelo Estado” (MOISÉS, 1981: 73). O alcance destas ações, intentando a conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, projeta o “Novo Sindicalismo” na luta geral pela democracia no Brasil.

O “Novo Sindicalismo” se caracterizaria, assim, por dedicação prioritária as reivindicações imediatas da classe, ainda que com impactos no

em agir sob formas desburocratizadas e trabalhar a autonomia dos trabalhadores. Na construção de uma memória do movimento operário, na esfera do “Novo Sindicalismo”, acaba-se por ser bastante seletivo. Neste sentido, percebe-se uma certa exaltação do “heróicos anos do início do século” como fonte e exemplo de autonomia e combatividade, que foram como que *pervertidas* nos períodos posteriores. Para este processo de seleção na construção da memória pelo “Novo Sindicalismo”, ver NASCIMENTO (1993).

³⁰ Rodrigues (1970) e Almeida (1975), que depois reverá sua posição, indicam os limites de orientação política desta nova classe operária, tendente ao acomodamento e ao “apoliticismo”, no que não são seguidos por Humphrey (1979 e 1980). Apesar da dificuldade de rastrear sua utilização, podemos indicar Almeida (1975) como um dos primeiros trabalhos a mencionar o “Novo Sindicalismo”, mesmo que em um sentido um tanto diferente daquele pelo qual ele seria reconhecido um pouco depois.

campo político (daí o surgimento do próprio PT), uma proximidade maior de sua base de representação e um confronto com a estrutura sindical corporativa, tendo em vista o arcaísmo desta na limitação das ações dos representantes dos trabalhadores na busca de suas reivindicações. O discurso deste “Novo Sindicalismo” com relação a patrões, Estado e legislação se caracterizava pela radicalização que explicitava no caso dos patrões, o combate à intransigência dos empresários e as agruras e os sofrimentos no interior fabril. E no caso do Estado e das leis, trazia à tona as desconfianças em um Estado autoritário que em pouco, ou nada, se importou em criar vínculos com os trabalhadores e que, ao contrário, lhes dava controle, repressão e *arrocho salarial*³¹. Esta postura, discursiva e prática, que incluía também outras possibilidades de matizes, auxiliaram no forjar de uma nova identidade tendo como alicerces o passado e o presente (NASCIMENTO, 1993 e FURTADO, 1996).

IV. A FALA DO NOVO SOBRE O PASSADO E O PRESENTE

Analisando o discurso dos atores envolvidos podemos verificar de que maneira, retórica ou concretamente, eles julgavam estar construindo um caminho alternativo, distinto em termos da história organizativa de sua classe. A estrutura sindical corporativa serviu como um dos elementos utilizados pelos *novos* para distinguir-se das práticas do passado e pode servir-nos de bom exemplo das representações que informavam a classificação que faziam sobre eles mesmos e acerca dos outros.

A preocupação com esta questão esteve sempre presente nas críticas feitas pelos “novos sindicalistas”, se constituindo em um eixo que deveria dar a orientação *justa* ao movimento. Lula se re-

³¹ Apesar de vários estudos irem constituindo um elenco de caracterizações acerca das práticas e orientações do “Novo Sindicalismo”, este parece ainda padecer de estatuto próprio, à medida que, como bem indica Badaró (1996), a categoria continua sendo usada entre aspas. Diferentemente do sindicalismo populista, que aparentemente, já estava caracterizado e tinha suas delimitações claras e, ainda que supostamente aceitas, o “Novo Sindicalismo” iria permanecer margeado por aspas; e, quando escapa delas, se submete a um prefixo: *o chamado*. Assim, ou ele é o “Novo Sindicalismo” ou *o chamado* Novo Sindicalismo. Em alguns casos até mesmo: o chamado “Novo Sindicalismo”.

feria constantemente a esta estrutura em seus pronunciamentos. Segundo ele, “há um entrave imposto pela estrutura sindical brasileira [...]. O movimento sindical tem esse cordão umbilical preso ao Ministério do Trabalho” (SILVA, 1981: 66). No entendimento de Lula, ela seria “totalmente inadequada [...] foi feita de cima para baixo [...]. É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. [...] O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista” (SILVA, 1981: 45). Este argumento deixa claro o que seriam alguns dos pilares do “Novo Sindicalismo”: a luta por liberdade e autonomia sindical e a crítica radical aos mecanismos de *atrelamento* do sindicato ao Estado.

A autonomia deveria se efetuar em relação ao Estado, mas também na relação com os partidos, evitando o desvio do movimento das reivindicações e interesses imediatos dos trabalhadores. Em entrevista à revista *Cara a Cara*, em 1978, Lula assinala que o que havia *mudado* no sindicalismo brasileiro da época era o fato de que alguns dirigentes sindicais buscavam tornar o sindicalismo independente “de uma vez por todas”. Para ele, “isso não acontecia, por exemplo, antes de 1964, quando sabíamos que muitos movimentos eram feitos por interesses políticos, muitas vezes em benefício de quem estava no poder e mesmo de quem não estava mas queria chegar lá” (SILVA, 1978: 54)³².

³² Corroborando a idéia de Weffort de que no pós-64 teve-se a possibilidade de identificar e combater o *elitismo* tanto na literatura como no seio da *massa*, Lula assinala que “há a consciência de que o trabalhador é trabalhador, descreditando de um monte de coisas que o enganou durante muito tempo. Ele acreditava, por exemplo, que o governo podia fazer muitas coisas para a classe trabalhadora, porque estavam muito marcadas na mente do trabalhador as pseudobenevolências de Getúlio Vargas. [Ele] [...] acreditava que a classe política, mesmo não sendo composta de trabalhadores, mas, sim, de empresários e outros membros da elite, era eleita para fazer alguma coisa em seu benefício. Hoje ele não acredita mais nisso. Hoje ele está acreditando em muito nas suas forças” (SILVA, 1978: 54-55). Esta visão de Lula e Weffort é muito semelhante àquela apontada por Reis Filho (1998: 26) como uma das perspectivas abertas, em termos de leitura das esquerdas, com o golpe de 64. Segundo ele, esta visão indicava que, com o acirramento das contradições sociais trazidas pela ditadura, “o povo cedo abriria os

Olívio Dutra, porta-voz desta *nova visão* sindical no setor bancário, assevera que “a estrutura sindical é um instrumento político, só que a serviço da classe dominante e não daqueles a quem deveria servir. O sindicato que queremos é aquele organizado na base, articulado com os setores populares e que é real em algumas regiões e em algumas categorias. Mas o sindicato legal, institucional, é uma ferramenta da classe dominante” (*Escrita/Ensaio*, 1984: 143).

O pronunciamento de Dutra reitera não só a crítica da estrutura sindical corporativa, mas também reforça a importância de um outro pilar de sustentação da *nova* prática. A organização pela base seria a pedra de toque desta nova proposta. Nesta mesma linha segue José Ibrahim, um dos líderes da greve de Osasco em 1968 e um dos principais representantes do pensamento das *Oposições Sindicais* em fins dos anos setenta. Ele assinala que “só se rompe com a estrutura sindical, verticalista, populista e corporativista, através da organização pela base, da organização das comissões de fábrica [...]. Com isso se democratiza o sindicato em todos os níveis [...] e isso para mim é o sindicalismo do novo tipo” (*Ensaio*, 1980: 17).

Os “novos sindicalistas”, além da visão crítica com relação ao presente, apresentavam também uma postura bastante crítica acerca do passado. Segundo Ibrahim, por exemplo, a tentativa de rompimento com a estrutura sindical tentada no pré-64 seguiu passos equivocados. Esta não seria “a forma mais conseqüente de romper com essa estrutura sindical. Porque ela estava sendo feita de cima, e o rompimento tem de começar de baixo” (*Escrita/Ensaio*, 1980: 69). No entender de Lula, teríamos “que fazer uma certa divisão do movimento sindical antes e após 64. [...] Eu acredito que o movimento sindical antes de 64 foi muito usado politicamente, fazia-se talvez uma política-lha em vez de defender realmente a categoria” (SILVA, 1981: 28).

Ligando a luta do presente contra o *peleguismo* com as questões do passado, Lula chega mesmo a dizer que “os homens que estão todos aí, toda a cúpula do sindicalismo é composta por homens de antes de 64. Isso também define o pelego: o cara consegue se moldar a qualquer tipo de

olhos e despertaria do sono que fora imposto pelos ‘reformistas’ do PCB e pelos ‘populistas’ do PTB” (REIS FILHO, 1998: 26).

governo. [...] Não vivi bem a época do João Goulart, mas acho que ele ouvia muito dirigente sindical de gabinete, sem base popular” (SILVA, 1981: 29). No seu entendimento, o movimento pré-64 poderia ter conseguido muita coisa. Porém, “não fez talvez porque os interesses maiores não fossem os da classe trabalhadora” (SILVA, 1981: 25). Para Olívio Dutra, o “Novo Sindicalismo” não podia incorrer no mesmo erro do passado criando organismos “que não tinham maior vinculação com a base” (*Escrita/Ensaio*, 1984: 144).

Assim, o sindicalismo do passado aparecia para os “novos sindicalistas”, como de cúpula, sem bases, de gabinete, marcado por interesses políticos, distante da classe trabalhadora. A partir destas colocações podemos perceber algumas das concepções iniciais que informavam as práticas do “Novo Sindicalismo” e de que forma o passado representava uma presença constante em termos negativos, como uma receita que não deveria ser seguida, antes, criticada e ultrapassada.

Este seria um aspecto importante em algumas idéias que estiveram presentes tanto no movimento social, como nos estudos acadêmicos. Poderíamos assinalar como pontos freqüentes de contrastação entre passado e presente: (i) a importância do Imposto/Contribuição Sindical na manutenção da estrutura sindical corporativa (identificação de pouco empenho no passado para alterar este quadro e correlata acomodação/necessidade primordial no presente); (ii) vinculação do sindicato com as bases (identificação de pouco empenho no passado devido ao *cupulismo*/necessidade primordial no presente, sendo esta percebida como forma indispensável de democratização efetiva da estrutura sindical); (iii) liberdade e autonomia frente aos partidos e ao Estado (identificação de pouco empenho no passado, onde teria ocorrido exatamente o contrário/necessidade primordial no presente para garantir a luta do movimento dos trabalhadores em busca de suas reivindicações, sem *politicalha*).

V. MUDANÇAS NO PRESENTE: O PASSADO NÃO É MAIS COMO ERA ANTIGAMENTE

Este tipo de concepção esteve muito presente nos primórdios do “Novo Sindicalismo”, sendo de extrema importância para a constituição de sua identidade. Como já dissemos, esta linha estava na base de toda uma discussão que visava de alguma forma disputar a hegemonia nos setores

de esquerda política e sindical. Hoje, passados vinte anos, o “Novo Sindicalismo” se tornou, através da CUT, o projeto mais duradouro da história do sindicalismo nacional, incorporando sua parcela mais significativa. O PCB se extinguiu oficialmente, tendo repartido seu espólio de militantes, mais centralmente, entre o Partido Popular Socialista (PPS) e o PT, e deixado sua sigla para um grupo minoritário de aguerridos militantes egressos de suas fileiras. O PT, após uma dura e conflitada trajetória de institucionalização, assumiu a posição de principal partido de esquerda no país. Este processo vai apontar para a possibilidade de rever algumas das idéias que estavam nos pilares de todo este quadro.

No meio sindical as práticas do “Novo Sindicalismo”, apesar dos avanços importantíssimos para o sindicalismo nacional, foram se demonstrando também limitadas para as tarefas que se propunha e pelas quais criticava a ação dos militantes do passado. A alteração da estrutura sindical cedeu lugar a um certo acomodamento e coexistência³³. A organização nos locais de trabalho não se espalhou como o esperado, permanecendo uma experiência limitada (ver BOITO, 1991b e RODRIGUES, 1991). Com a mudança de contexto sócio-político e econômico, o discurso radicalizado abriu espaço ao discurso da negociação³⁴. A própria greve que antes era colocada como fato sempre imediato na quebra da intransigência patronal, e que distanciaria o “Novo Sindicalismo” do sindicalismo de *colaboração de classe* do pré-64, necessita agora, segundo algumas indicações, ser revista e repensada. Aparentemente, o “Novo Sindicalismo” busca uma nova identidade.

Na academia, pesquisas recentes³⁵ começaram a relativizar de forma mais profunda algumas das considerações arraigadas acerca das práticas

³³ No que diz respeito às contradições da CUT em termos da extinção da Contribuição Sindical, por exemplo, ver GOMES & D'ARAÚJO (1993).

³⁴ Em um processo indicado por Jácome Rodrigues (1995) como a passagem da *confrontação* à *cooperação conflitiva*.

³⁵ Coincidentemente, algumas delas vão ser realizadas por pesquisadores que de alguma forma estiveram ou estão ligados à órgãos de assessoria que, organicamente ou não, desenvolvem trabalho junto às entidades sindicais identificadas com o “Novo Sindicalismo” (SANTANA, 1997; COSTA, 1995; NEGRO, 1994 e FONTES, 1997).

sindicais no pré-64 e que, de certo modo, contribuíram como base de sustentação para a formação da identidade inicial do “Novo Sindicalismo”.

Não informados pelas preocupações do debate político — que marcou em grande medida a produção anterior —, e embasados em pesquisa empírica de fundo — de que tanto careceram os predecessores —, estes estudos indicam, por exemplo, que a prática comunista, e como decorrência pelo menos a da parcela hegemônica do sindicalismo do pré-64, não pode ser caracterizada por um afastamento da base nas empresas (RAMALHO, 1989; SILVA, 1995; SANTANA, 1997; COSTA, 1995 e FONTES, 1997). Ao contrário, os militantes de base do partido e dos sindicatos intensificaram a constituição de um sem número de organismos dentro dos locais de trabalho, que serviram de elo de ligação entre o sindicato e a base, reforçando a pressão desta sobre aquele.

As pesquisas demonstram, ainda, que, apesar das dificuldades, os comunistas tentaram se implantar também nas empresas e/ou setores de ponta da economia, em umas com mais eficácia que outras (SANTANA, 1997; NEGRO, 1994 e FONTES, 1997). Associados, estes estudos assinalam que a perspectiva que apresentava um total atrelamento e ratificação da estrutura sindical pelo sindicalismo no pré-64, não dá conta da complexidade das práticas daquele sindicalismo na conjuntura e acaba por reduzi-la.

Um outro eixo de pesquisa traz estudos que indicam as possibilidades dos vínculos entre o *novo* e o *velho* sindicalismo (PESSANHA & MOREL, 1991; BOITO Jr., 1991a; NASCIMENTO, 1993; NEGRO, 1994; MARTINS, 1994; LADOSKY, 1995 e BADARÓ, 1996). Estes trabalhos, ressaltando as claras descontinuidades em termos do quadro sóciopolítico e econômico de inserção dos *dois* sindicalismos, o que já garantiria em parte suas especificações, tentam analisar de forma mais fina outros elementos participantes do processo de formação da classe operária que não aqueles inscritos meramente nos marcos estruturais. Assim, seja indicando, entre outros, a política e a militância, ou os processos formacionais no interior dos locais de trabalho — ou, ainda, as tradições e permanências em termos das categorias (o que acaba por incorporar ambos) —, estes estudos trazem à tona os longos e às vezes imperceptíveis laços que vinculam os períodos diferenciados que separam

o *novo* e o *velho* sindicalismo.

O que desponta destas pesquisas como um todo é a importância da atuação dos comunistas na democratização do espaço sindical para a participação de grandes massas de trabalhadores e a inversão que os mesmos efetivaram, ainda que por dentro da estrutura corporativa, transformando os sindicatos em elementos centrais na representação dos interesses dos trabalhadores (SANTANA, 1997; COSTA, 1995; NEGRO, 1994 e FONTES, 1997).

Porém, como anteriormente, a preocupação não se dá apenas com o passado. O desenvolvimento do “Novo Sindicalismo” em termos mais recentes vai sendo também foco para análises que visam uma compreensão do fenômeno não apenas no período de seu surgimento, que priorizamos neste artigo, mas tentam ainda incorporar sua trajetória posterior.

Algumas destas análises continuam reforçando, a nosso ver equivocadamente, a oposição *velho/novo* a partir, por exemplo, da democratização e da aproximação com as bases trazidas pelo “Novo Sindicalismo”, ainda que indiquem os impasses e dilemas vividos por estas novas práticas (MANGABEIRA, 1993). Em outra linha, encontramos análises que visam dar conta do processo de transição pelo qual passa o “Novo Sindicalismo” em termos dos impasses e tensões em sua institucionalização (RODRIGUES, 1990; ANTUNES, 1991; ALMEIDA, 1992; JÁCOME RODRIGUES, 1993; LADOSKY, 1995 e ZANETTI, 1995). Outras indicam de forma bastante crítica os limites da ação deste *novos atores*, à medida que os mesmos foram se afastando do suposto leito de origem de sua formação, seguindo um rumo contrário a ele (BOITO Jr., 1991 e GIANNOTTI & LOPES NETO, 1991).

VI. O *NOVO* E A ATUALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES

Como dissemos, o que ocorreu na conjuntura de surgimento do “Novo Sindicalismo”, foi uma disputa pela hegemonia político-sindical que trouxe em seu bojo uma disputa pela história que reverberava na direção oposta, reforçando a consolidação de posições diferenciadas no debate. A suposta correção das propostas no *presente* era dada, de certa maneira, pelo seu referencial nas leituras que estas mesmas posições faziam do *passado*.

Distanciados do epicentro da disputa, podemos

olhar não só para o *passado* mais afastado, como para aquele mais próximo, e rever algumas leituras. A relativização acerca das práticas sindicais no pré e no pós-64, cotejadas com as limitações concretas encontradas pelo sindicalismo em seu período recente, podem lançar luz sobre problemas que os setores de esquerda enfrentam já historicamente em sua relação tanto com a classe trabalhadora, como com seus órgãos de representação na esfera sindical. Mais do que apenas dependentes da vontade e das orientações deste ou daquele grupo, que certamente devem ser levadas em conta, é preciso buscar explicações ampliadas que incluam a moldura geral que envolve estas relações, incorporando, por exemplo, as limitações oferecidas pelo sistema político e as resistências oferecidas pela própria classe, em termos ativos ou passivos, aos projetos que visam sua representação.

Ao nosso ver, o “Novo Sindicalismo” trouxe em seus marcos uma atualização de práticas já experimentadas em variados períodos na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo, se identificaram com posições progressistas no avanço da luta dos trabalhadores. Ao se identificar com o pólo mais dinâmico da classe em seu movimento, o “Novo Sindicalismo” deu uma grande contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical, ampliando a participação dos trabalhadores em suas entidades na luta por suas reivindicações, bem como sua intervenção no quadro político mais geral.

A *classe em movimento* teve no “Novo Sindicalismo” um importante canal, que lhe serviu de elemento vocalizador e fomentador de suas demandas, como outros haviam sido anteriormente. Da mesma maneira, o “Novo Sindicalismo” teve de enfrentar, e ainda enfrenta, as dificuldades que já historicamente colocam desafios para a experiência política e organizativa da classe trabalhadora brasileira. Talvez, a ênfase em sua novidade, tenha lhe impedido de colocar no devido lugar tais dificuldades.

Se em termos identitários o caráter de ser *novo* pode apresentar possibilidades férteis e atrativas, até mesmo para o *marketing* político³⁶, em termos

³⁶ O mesmo ocorrendo no meio acadêmico pois, como assinalou Furtado, “tanto o mercado editorial quanto as publicações científicas serão extremamente receptivas a estas contribuições” (FURTADO, 1996: 25).

históricos pode não coincidir com as experiências concretas. Só para darmos alguns exemplos, apontaríamos o seguinte.

A idéia sobre a falta de base do sindicalismo pré-64, já foi bastante questionada. Neste sentido, podemos indicar que a organização de base, mesmo ligada ao sindicalismo oficial, foi sempre uma constante na experiência organizativa dos trabalhadores. Além disso, estas organizações serviram de cabeça de ponte para a *tomada* do sindicato pela corrente que efetivava seu *trabalho na base*.

Se, como afirma Moisés (1978), o sindicalismo do pré-64 foi pródigo em canalizar os impulsos da base para os liames do *sindicato oficial*, podemos dizer o mesmo do sindicalismo *autêntico* que, no interior do bloco *combativo*, trabalhou sempre em defesa do *sindicato oficial*, em suas disputas e divergências com as visões mais radicais das *Oposições Sindicais* — o que inclusive os aproximava dos comunistas —, no que diz respeito às propostas sindicais, na conjuntura³⁷.

Na verdade, esta é uma longa tradição do sindicalismo nacional, orientado por posições progressistas. Desde que o *sindicato oficial* existe, tem sido freqüente sua defesa — como órgão importante na garantia e conquista de direitos para os trabalhadores — conjugada à luta por sua democratização³⁸. A *canalização* dos impulsos da *base*, mais que uma mera instrumentalização unilateral da *espontaneidade* dos trabalhadores, significava exatamente a incorporação de suas pressões por seus representantes, ainda que sob pena de sua institucionalização. Este tipo de pressão teve força, inclusive, para impactar e alterar linhas políticas de partidos interessados na direção

³⁷ Como bem assinalou Sader, “a particularidade que marcou a corrente dos ‘autênticos’ foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las para o interior do aparelho sindical. Tratou-se de uma operação das mais delicadas. Era tão estreita a margem legal para seu trabalho que viviam na ambigüidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade” (SADER, 1988: 182).

³⁸ Almeida (1992) aponta esta perspectiva já desde os anos quarenta. Como bem indica Boito Jr. (1991b), apesar da retórica violenta expressa em termos tais como “quebrar”, “desmontar” ou “implodir”, o que tivemos nos marcos do setor *combativo* e, por decorrência, no “Novo Sindicalismo”, foram propostas de democratização da estrutura sindical.

política dos trabalhadores. O grau de eficácia dos setores progressistas à frente dos sindicatos, no que diz respeito a tornarem-se a efetiva direção de suas bases, se deu sempre em relação direta com sua capacidade de incorporar e interagir com as práticas oriundas dos setores mais dinâmicos da classe.

No que diz respeito ao combate ao Imposto/ Contribuição Sindical, Rodrigues (1968) assinala como no pré-64, era comum o fato de que quando uma corrente se encontrava em minoria ou fora do sindicato, atacava acerbamente o referido imposto, assumindo posição contrária assim que passasse a ser *situação*. O “Novo Sindicalismo” não parece ter escapado totalmente desta lógica. Ainda que tenha incorporado um discurso radical anti-imposto, que para ele significava um atrelamento ao Estado e também, importante neste caso, a sustentação dos *pelegos* — o que, aliás, era a postura dos comunistas quanto foram defenestrados de seus espaços na estrutura sindical —, os *novos atores*, à medida que se tornaram *situação* em muitos sindicatos, mostraram menos radicalismo prático quanto ao mesmo, passando a *reconhecer* e indicar as dificuldades na sua extinção³⁹.

O mesmo tipo de procedimento foi indicado por Santana (1998) acerca das práticas *paralelas* ao *sindicato oficial*. No pré-64, a corrente que estava fora do sindicato tendia sempre a propugnar por mais espaços, até mesmo *por fora* do sindicato, para buscar espaços no interior dele e, a partir daí, clamar contra práticas *divisionistas* e *paralelas*⁴⁰.

Uma constante na história do sindicalismo

³⁹ Ver HALL (1996) e GOMES & D'ARAÚJO (1993).

⁴⁰ Os próprios governos jogavam com isto. Nos anos quarenta, por exemplo, quando os comunistas estavam retomando os espaços nos sindicatos, o governo Linhares trabalhou pela pluralidade sindical, o que abria um flanco de ataque aos comunistas por outros grupos, enfraquecendo seu poderio. Já no governo Dutra, com os comunistas varridos dos órgãos sindicais, o governo trabalhou pela unicidade, o que dificultaria a luta dos comunistas pela representação dos trabalhadores. Ver SANTANA (1998).

nacional, na Era do *sindicato oficial*, por parte de seus setores progressistas, foi articular o espaço interno da estrutura sindical com formas de organização que lhe eram externas, mas poderiam ser utilizadas de forma complementar. Os comunistas que fizeram isto à perfeição no passado, criticaram bastante quando este mesmo mecanismo foi utilizado pelos setores *combativos*, em fins dos anos setenta e início dos anos oitenta, que insistiam em ampliar os espaços das *Oposições Sindicais*, o que aumentaria seu poder na disputa com o outro bloco. Da mesma forma vamos ver a CUT reduzindo gradativamente os espaços destas *Oposições* em seu interior, assim que se torna *status quo*⁴¹. Controlar um *sindicato oficial*, portanto, passou a ter peso importante no interior da CUT, como forma de legitimação e garantia de representatividade.

A percepção de certas continuidades, para além das descontinuidades e inovações, pode auxiliar os setores de esquerda a compreender a trajetória de conformação de sua tradição, de forma um pouco mais desarmada e menos sectária. Serviria, também, para a consolidação de uma tradição de esquerda no Brasil que, mantendo a perspectiva crítica, supere as pretensas separações em blocos estanques que apenas se sucedem no tempo, sem relação entre si, a não ser a de negação absoluta.

Com isso, poderia-se relativizar a visão esquemática acerca da história do movimento operário e sindical do Brasil. Neste tipo de leitura nada dos projetos anteriores parece ser incorporado, ao contrário, o projeto mais recente quer sempre significar uma ruptura total com o precedente, o que significaria, em seu “purismo”, maior força, ainda que para tanto, necessite afirmar a fraqueza de companheiros e camaradas que, à sua maneira, sob condições determinadas, colaboraram na pavimentação do caminho.

Recebido para publicação em março de 1998.

⁴¹ Na luta interna da CUT, isto significou a redução de flancos de ataque pelos grupos oposicionistas ao setor hegemônico.

Marco Aurélio Santana (msantana@bridge.com.br) é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor de Sociologia do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA**, M. H. T. de. (1975). "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas". *Debate e crítica*, São Paulo, 6, julho.
- ALMEIDA**, M. H. T. de. (1984). "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança". In: **ALMEIDA**, M. H. T. de & **SORJ**, B. (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- ALMEIDA**, M. H. T. de. (1992). *Crise econômica e organização de interesses: as estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Tese de Livre-Docência. São Paulo, USP.
- ANTUNES**, R. (1988). *A rebeldia do trabalho*. Campinas, UNICAMP/Ensaio.
- ANTUNES**, R. (1991). *O novo sindicalismo*. São Paulo, Brasil Urgente.
- BADARÓ**, M. (1996). *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF.
- BERBEL**, M. R. (1991). *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP.
- BEYNON**, H. (1973). *Working for Ford*. London, Allen Lane.
- BOITO Jr.**, A. (1991a). *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo, Hucitec/UNICAMP.
- BOITO Jr.**, A. (1991b). "Reforma e persistência na estrutura sindical". In: **BOITO Jr.**, A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CORRÊA**, H. (1980). *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COSTA**, H. da. (1995). *Em busca da memória*. São Paulo, Scritta.
- DELGADO**, L. N. (1986). *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil – 1961/1964*. Petrópolis, Vozes.
- FONTES**, P. (1997). *Trabalhadores e cidadãos — Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume/Sindicato dos Químicos e Plásticos-SP. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP.
- FRENCH**, J. (1995). *O ABC dos operários — conflitos e alianças de classe em São Paulo 1900/1950*. São Paulo/São Caetano do Sul, Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.
- FRENCH**, J. (1997). "Drowning in Laws But Starving (for Justice?): Brazilian Labor Law and the Workers' Quest to Realize the Imaginary". *Mimeo*.
- FURTADO**, J. P. (1996). *Trabalhadores em educação — experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90*. Ouro Preto, Editora da UFOP.
- GIANNOTTI**, V. & **LOPES NETO**, S. (1991). *CUT ontem e hoje — o que mudou das origens ao IV Concut*. Petrópolis, Vozes.
- GOMES**, A. de C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice/IUPERJ.
- GOMES**, A. de C. & **D'ARAÚJO**, M. C. (1993). "A extinção do Imposto Sindical: demandas e contradições". *Dados*, Rio de Janeiro, 36 (2).
- GOMES**, A. de C. & **D'ARAÚJO**, M. C. (1996). "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". *Tempo*, Rio de Janeiro, 1 (2).
- HALL**, M. (1996). "Corporatism, Fascism, and the Origins of Brazilian Labor Law". *Paper* apresentando na Brazilian Studies Association, King's College, Cambridge, set.
- HOBSBAWN**, E. (1984). "A invenção das tradições". In: **HOBSBAWN**, E. & **RANGER**, T. (orgs.). (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HUMPHREY**, J. (1979). "Operários na indústria automobilística no Brasil: novas tendências do movimento trabalhista". *Estudos Cebrap*, São Paulo, 23.
- HUMPHREY**, J. (1980). "As raízes e desafios do 'novo' sindicalismo da indústria automobilística". *Estudos Cebrap*, São Paulo, 26.
- JÁCOME RODRIGUES**, I. (1993). *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
- JÁCOME RODRIGUES**, I. (1995). "O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva". *São Paulo em Perspectiva*, São

- Paulo, 9 (3), jul./set.
- LADOSKY**, M. H. G. (1995). *Movimento sindical e estratégia corporativista: a trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ.
- MANGABEIRA**, W. (1993). *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, ANPOCS/Relume Dumará.
- MARANHÃO**, R. (1979). *Sindicatos e redemocratização*. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINHO**, F. P. (1996). “O populismo sindical: um conceito em questão”. In: REIS, E., ALMEIDA, M. H. T. de & FRY, P. (orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec.
- MARTINS**, C. E. & **ALMEIDA**, M. H. T. de. (s/d). *Modus in rebus. Mimeo*.
- MARTINS**, H. H. T. de S. (1994). *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo/São Caetano do Sul, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul.
- MENEGUELLO**, R. (1989). *PT — a formação de um partido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MERCADANTE**, A. & **RAINHO**, L. F. (1986). “CUT e CONCLAT: a divisão política do movimento sindical”. *Trabalhadores urbanos no Brasil 82/84 — Aconteceu Especial*, São Paulo/Rio de Janeiro, CEDI, 16.
- MOISÉS**, J. A. (1978). *Greve de massa e crise política*. São Paulo, Pólis.
- MOISÉS**, J. A. (1981). “As estratégias do novo sindicalismo”. *Revista de Cultura e Política*, Rio de Janeiro, 5-6.
- MOREL**, M. (1981). *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MUNAKATA**, K. (1980). “O lugar do movimento operário”. Anais do Encontro Regional da ANPUH/SP, Araraquara, ANPUH/UNESP, 4.
- NASCIMENTO**, R. H. M. (1993). *Peões e trabalhadores do Brasil — novos e velhos militantes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ.
- NEGRO**, A. L. (1994). *Ford Willys anos 60. O sistema auto de dominação e os metalúrgicos do ABC*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP.
- OLIVEIRA**, I. R. de. (1988). *Trabalho e política*. Petrópolis, Vozes.
- PESSANHA**, E. & **MOREL**, R. (1991). “Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 17, outubro.
- RAMALHO**, J. R. (1989). *Estado patrão e luta operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- REIS FILHO**, D. A. (1997). “A maldição do populismo”. *Linha Direta*, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 330.
- REIS FILHO**, D. A. (1998). “O ano mágico”. In: **REIS FILHO**, D. A. & **MORAES**, P. de. (1998). *1968: a paixão de uma utopia*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. da FGV.
- RODRIGUES**, J. A. (1968). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- RODRIGUES**, J. A. (1991). “As Comissões de empresa e o movimento sindical”. In: **BOITO Jr.** (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RODRIGUES**, L. M. (1970). *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- RODRIGUES**, L. M. (1974). *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo, Brasiliense.
- RODRIGUES**, L. M. (1990). *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SADER**, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTANA**, M. A. (1995). “Cultura sindical e identidade nos anos 80/90”. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, 13 (17-18), novembro.
- SANTANA**, M. A. (1997). “Partido e militância sindical — a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947/1964)”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 8, jun.
- SANTANA**, M. A. (1998). *Esquerda e sindicato no Brasil: o PCB (1945/1964)*. Tese de Douto-

- rado. Rio de Janeiro, UFRJ.
- SARTI, I.** (1981). *Porto vermelho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SILVA, F. T.** (1995). *A carga e a culpa — os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937/1968)*. São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos.
- SILVA, L. I. da.** (1978). “São Bernardo: uma experiência de sindicalismo ‘autêntico’”. Entrevista à *Revista Cara a Cara*, Campinas, Centro de Estudos Everardo Dias, 2, jul./dez.
- SILVA, L. I. da.** (1981). *Lula: entrevistas e discursos*. São Paulo, O Repórter / Núcleo Ampliado de Professores PT/SP.
- SPINDEL, A.** (1980). *O partido comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo.
- TROYANO, A.** (1978). *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo.
- WEFFORT, F.** (s/d). “Dejemonos de farsas inúteis”. *Mimeo*.
- WEFFORT, F.** (1972). “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968”. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, 5.
- WEFFORT, F.** (1973). “Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)”. *Estudos Cebrap*, São Paulo, 4, abr./jun.
- WEFFORT, F.** (1976). “Do anarquismo ao populismo”. Entrevista aos *Cadernos de Debate — História do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1.
- WEFFORT, F.** (1978). “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964”. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, 1.
- VIANNA, L. W.** (1978). “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. *Dados*, Rio de Janeiro, 17.
- VIANNA, L. W.** (1983). *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa.
- VIANNA, L. W.** (1986). “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica”. *Travessia — da abertura à constituinte 86*. Rio de Janeiro, Taurus.
- ZANETTI, L.** (1995). *O novo no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro, Fase.

OUTRAS FONTES

- Cadernos de Debate*. (1980). “Por um novo sindicalismo”. São Paulo, Brasiliense, 7.
- Escrita/Ensaio*. (1980). “Movimento operário: novas e velhas lutas”. São Paulo, Escrita, 6.
- Escrita/Ensaio*. (1984). São Paulo, Escrita, 13.

